

## A gestão da conservação dos Jardins de Burle Marx no Recife

LÚCIA MARIA DE SIQUEIRA CAVALCANTI VERAS\*

ONILDA GOMES BEZERRA\*\*

**Resumo:** Ainda que bases jurídicas condicionem a conservação de um patrimônio, a sua gestão tem se mostrado como o maior dos desafios. Não há proteção sem gestão, assim como não há gestão sem que os gestores se apropriem conceitualmente do bem, dos seus valores e do que seja gerir um patrimônio, e, no caso do jardim, um patrimônio vivo. Planos de gestão também não se constroem sem a definição dos atores envolvidos, que além dos especialistas e técnicos, deve considerar a comunidade do entorno envolvida com o bem no cotidiano. No Recife, o reconhecimento de seis jardins de Burle Marx como Patrimônio Cultural Brasileiro se deu em 2015. Em 2018 foi iniciado o processo de construção de um plano de gestão desse conjunto, com a proposta de adiante, serem construídos individualmente os planos de manejo. Conhecer, planejar, controlar e difundir, como ações que precedem a construção de um plano de gestão da conservação, assinalam, por fim, que a proteção dependerá, também, da definição de indicadores da conservação e de estratégias de ação de educação patrimonial. É sobre estas questões que nos propomos a discutir neste artigo.

**Palavras-chave:** jardins; gestão; conservação; patrimônio; indicadores da conservação.

### *Managing the conservation of the Burle Marx Gardens in Recife*

**Abstract:** Whereas the law lays down that a heritage item must be conserved, managing conservation is the greatest challenge in heritage management. There is no conservation without management, just as there is no management without managers making a conceptual appropriation of the asset, of its values and of what is to manage a heritage site, and in the case of a garden, a living heritage. Management plans depend on defining the actors involved, which in addition to specialists and technicians, should consider the local community. In Recife, six Burle Marx gardens were recognized as items of Brazilian Cultural Heritage in 2015. In 2018 discussion began on the overall management plan for these gardens, with a proposal that plans for each of the gardens be constructed later on in this process. Finally, knowing, planning, controlling and disseminating, when seen as actions that precede a conservation management plan, indicate that the protection will also depend on defining conservation indicators and strategies for heritage education actions. These issues are addressed and discussed in this article.

**Key words:** gardens; management; conservation; heritage; indicators of conservation.



\* LÚCIA MARIA DE SIQUEIRA CAVALCANTI VERAS é arquiteta, pós-doutora pela Universidad Autónoma Metropolitana unidad Azcapotzalco (UAM-México) e docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.



\*\* ONILDA GOMES BEZERRA é arquiteta, Doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

## 1. O jardim como patrimônio

Entender o jardim como patrimônio nos leva a considerá-lo como bem ou herança transmitida por sucessivas gerações, produto de criativas manifestações que o homem estabeleceu com a natureza, desde épocas remotas, ao construir pequenos paraísos como paisagens. A afirmação de Rosário Assunto de que jardim “é paisagem em pequeno” (1994, p. 126 apud SERRÃO, 2013, p. 79), evidencia a dimensão conceitual que o vincula à compreensão do infinito (da natureza) no finito de uma paisagem encerrada em um jardim, como se aí, explicitamente, se revelasse a simbiose entre o mundo natural e o mundo cultural, expressando espontaneidade e intencionalidade. O jardim é, simultaneamente, sistema natural e espaço da emoção, entendido como “paisagem absoluta”, porque é aí que a paisagem se individualiza, “graças a uma poética de colaboração humana que dá origem, não propriamente a uma obra acabada, mas a um espaço com identidade própria, um lugar objecto-subjectivo, modelação humana da autofinalização das formas naturais” (SERRÃO, 2013, p. 80).

Do ponto de vista patrimonial, esta condição de ambiguidade, do estar entre a natureza e a cultura, entre a espontaneidade e a expressividade criativa e ser composto, essencialmente, de elementos vivos, inflige especificidades para a inserção dos jardins como um bem a ser protegido. Se o ato de proteção reivindica a perpetuação de um bem, há que se considerar, para os jardins, a própria essência da vegetação e seu ciclo natural – nascer, crescer e morrer –, impondo este caráter, até certo ponto, de efemeridade, no ato de se conservá-lo como monumento, o que, de partida, exige a urgência de ações de monitoramento e

gestão. Difere, pois, do monumento de pedra e cal, no entanto, como tal, também é construído e em sua concepção, além da vegetação, estão o traçado, o mobiliário, a pedra e a cal.

Para Gonzáles-Varas (2008, p. 23) ao incluir determinados objetos como bens culturais ou patrimônios histórico-artísticos,

[...] estamos otorgando a este objeto un valor y un significado particular y distintivo que lo diferencia de otro tipo de objetos. Esta peculiaridad cultural es la que hace que ‘este’ objeto resulte significativo, único o insustituible, y por ello mismo, por su valor cultural, existe la responsabilidad colectiva de protegerlo y de conservarlo.

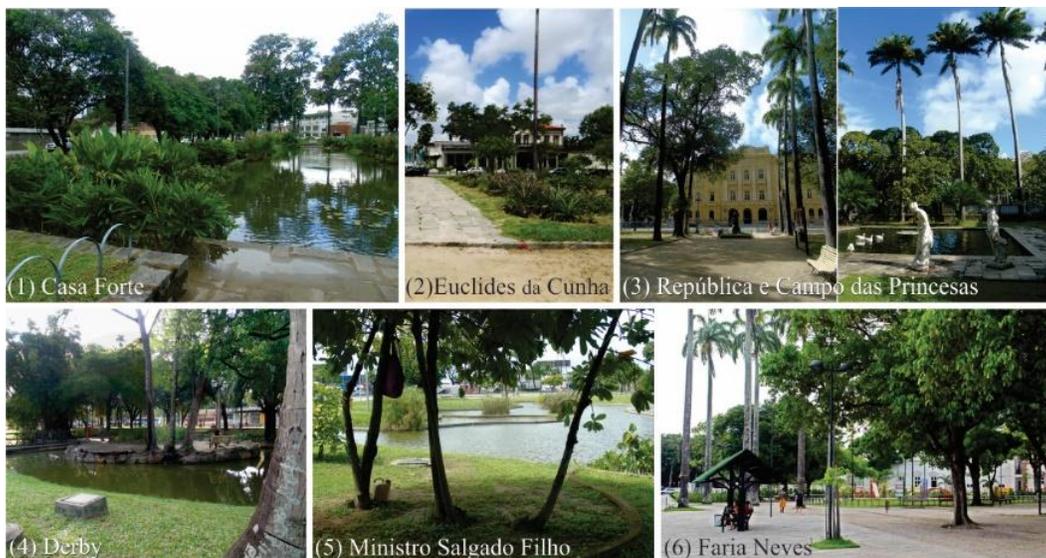
No caso dos jardins, os critérios de valor que os definem como “bem cultural”, ou seja, “[...] cualquier manifestación o testimonio significativo de la cultura humana” (GONZÁLEZ-VARAS, 2008, p. 44), incorporaram à história e à estética, o caráter biológico que implica em considerar a natureza dos jardins (do ponto de vista filosófico), compreendendo-se a natureza nos jardins (do ponto de vista biológico). Ou seja, como obras de arte, revela-se como documento ‘vivo’, que como os centros históricos, “[...] poseen un modo único de organización que integra elementos distintos en un todo unificado dando lugar a una ‘unidad’.” (GONZÁLEZ-VARAS, 2008, p. 56).

Na divisão básica do que se considera patrimônio cultural para a gestão, estão os *bens móveis* (em geral o artístico e transportável), os *bens imóveis* (fixos sobre o solo e relacionados com o entorno) e os *imateriais* (modos, técnicas e usos). Neste conjunto, a totalidade de suas interrelações é que garante, de forma ideal, a conservação e compreensão de um patrimônio em seu contexto

(QUEROL, 2010). Os Jardins Históricos classificam-se como *bens imóveis*, aqueles fixos no solo, inseridos no conjunto dos bens definidos como Patrimônio Cultural edificado, grupo no qual se concentra a maioria dos bens mundialmente protegidos. Fazem parte deste grupo os monumentos, os jardins e os conjuntos, todos adjetivados como “históricos”.

É sobre o desafio do que seja a “Gestão da Conservação” de seis Jardins

Históricos de Roberto Burle Marx na cidade do Recife – (1) Praça de Casa Forte, (2) Praça Euclides da Cunha, (3) Praça da República/Jardim do Campo das Princesas, (4) Praça do Derby, (5) Praça Ministro Salgado Filho e (6) Praça Faria Neves –, mostrados na Figura 1, reconhecidos como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan desde 2015, que passamos a refletir o processo em que esta construção vem se dando.



**Figura 1** – Praças de Burle Marx tombadas pelo Iphan no Recife: Casa Forte, Euclides da Cunha, República e Campo das Princesas, Derby, Ministro Salgado Filho e Faria Neves. Fotos: Lúcia Veras, 2015.

## 2. Os desafios da Gestão do Patrimônio: do conceito à ação em Burle Marx

Ainda que seja uma declaração simplista, é possível afirmar que sem gestão, a conservação de um bem reconhecido como patrimônio está condenada a não se efetivar. Essa instabilidade se acentua quando o bem é imaterial, mas também está em bens imóveis que têm em sua essência a instabilidade como condição de existência, como os Jardins Históricos, híbridos de natureza e cultura. Ainda que

sejam “imóveis” – posto, em essência, não se deslocarem nem serem trasladados –, têm como elemento principal a vegetação, cuja transformação faz parte do seu ciclo natural de vida, o que lhe identifica como um espécime vivo e mutável. A questão, no entanto, não é exclusiva dos Jardins históricos, mas centra-se no que seja a gestão da conservação de um patrimônio com desafios que se estendem, tanto para o patrimônio cultural quanto para o natural.

Um dos atuais desafios da gestão da conservação patrimonial, sobretudo nas cidades, é a diversidade de valores patrimoniais que tem ampliado o clássico sistema com o qual a conservação vinha tratando tradicionalmente os bens da humanidade, cuja ênfase se dirigia ao caráter de monumento e com foco nos valores históricos e artísticos. Hoje o contexto é mais amplo em face da constatação do leque de valores atribuídos ao patrimônio, tanto cultural quanto natural, não só por especialistas, mas essencialmente pelas comunidades afetadas, expandindo a importância das dimensões simbólicas e identitárias dos lugares, que inclui considerar os valores espirituais, sentimentais e polissensoriais. A estas, somam-se as dimensões econômicas e turísticas, atreladas entre si, muitas vezes consoantes, outras dissonantes na relação entre as comunidades que vivem o patrimônio no cotidiano, e os visitantes, gerenciados pela economia do turismo.

Uma reflexão sobre os valores patrimoniais é fundamental para redefinição do conceito de conservação e o atual sistema de valores locais ou de valoração dos bens patrimoniais singulares. Daí a importância de se considerar as comunidades no processo de valoração, pois são os usuários locais quem, de fato, determina os reais e atuais valores de um bem, dado que o processo de valoração é socialmente construído, contingente e reconhecido intersubjetivamente. Se os especialistas predeterminam valores de um bem, estes só se consolidam pelos sujeitos locais que devem ser incluídos como principais atores do processo de valoração para que o bem seja socialmente apropriado em seus usos e funções e o patrimônio, de fato, protegido. Assim, compreende-se que o conceito de patrimônio não depende só de avaliação pré-determinada por especialistas, mas também da

intersubjetividade que caracteriza o olhar coletivo das comunidades que interagem com o bem ou são por ele afetadas (VIÑAS, 2003). Esse entendimento exige que todas as pessoas envolvidas nesse processo devam ser consideradas para qualquer decisão relativa à conservação.

De acordo com Viñas (2003), entende-se Conservação como a atividade que consiste em evitar futuras alterações de um bem ou em adotar medidas para que um determinado bem experimente o menor número de alterações durante o maior tempo possível. A gestão da conservação do bem patrimonial se insere no contexto do planejamento associado à teoria do desenvolvimento sustentável que traz em seus princípios conceituais o teor e o conteúdo do que seja contribuir para um processo que possibilite dar continuidade à existência do bem para as gerações presentes e futuras, o que exige adaptações ao contexto das necessidades circunstanciais do momento contemporâneo das cidades. Nesse sentido, objetiva-se manter o bem, prologando a sua vida útil de modo que sejam valorizadas “suas características históricas e artísticas, sem perda de sua autenticidade e significado” (PONTUAL, 2012, p. 94), garantindo alguns pré-requisitos como a sensibilização da comunidade acerca da importância do bem, a manutenção do que existe de único e irreprodutível que define o seu caráter singular, assim como o monitoramento contínuo do seu estado de conservação.

Daí entender que, formalmente, é necessário que se implemente um processo operacional para a efetivação da conservação do bem a partir do conhecimento acerca de suas características ou singularidades, mediante inventários ou catalogação de seus atributos, do seu reconhecimento legal por meio de um ato normativo,

assim como a identificação do conjunto de valores que lhe são atribuídos pelos mais diversos atores com os quais se relaciona. Para a definição desse conjunto de valores, é necessário que se conheça esse rol de atores e se caracterize os seus perfis, identificando-se as relações que se estabelecem entre si e com o bem, seja direta ou indireta, definindo-se ações e compromissos para os distintos envolvidos na gestão da conservação patrimonial.

Nesse sentido, compreende-se como gestão o processo que agrega a

[...] conjugação de ações entre instituições públicas estatais e paraestatais, não-governamentais ou do terceiro setor. A gestão pública contemporânea está marcada pela descentralização das decisões e das responsabilidades políticas, bem como pela participação da sociedade na escolha das alternativas de desenvolvimento (PONTUAL, 2012, p. 90).

Exige então um conjunto de atividades destinadas a proteção e a difusão, o que envolve um diálogo constante entre o conjunto de atores envolvidos.

Querol (2010) aponta, de forma sistematizada, quatro ações que condicionam a gestão da conservação de um patrimônio: (1) *conhecer*, (2) *planejar*, (3) *controlar* e (4) *difundir*. Salienta-se que o “planejar” envolve, na verdade, as outras três categorias, mas nem sempre são executadas obedecendo a um planejamento e se constituem, por si só, ações fundamentais sobre às quais se reconhece um bem, se protege legalmente e se difunde como gesto voltado à educação patrimonial. Salienta-se também que essas etapas não se referem a processos de intervenção propriamente ditos, como uma ação de restauro, por exemplo, o que seria uma outra etapa de gestão frente à intervenção. Passamos

agora a discutir essas quatro ações considerando os seis Jardins Históricos tombados pelos Iphan na cidade do Recife.

### 2.1. *Conhecer o bem patrimonial*

A premissa básica do processo de gestão, é a de que só se protege o que se conhece (QUEROL, 2010). No contexto da conservação, este conhecimento está relacionado à identificação das características básicas enquanto objeto em si, enquanto objeto inserido num contexto sociocultural e ambiental específico e sua importância para a comunidade com a qual está relacionado. Sob esses aspectos, essa compreensão nos remete ao reconhecimento de seus valores, entendendo-os como sendo a importância atribuída a alguma coisa por um conjunto de pessoas, que pode ser medida ou avaliada, de forma objetiva ou subjetiva, mas que seja reconhecida pela comunidade envolvida.

Os *Inventários* e os *Catálogos* são os instrumentos tradicionais que inserem a compreensão do que seja o bem, seu registro e identificação. Segundo Gonzáles-Varas (2008), são instrumentos distintos, com níveis diferenciados de conhecimento e registro, sendo os *Inventários* mais sintéticos, centrando-se na identificação e descrição do objeto e seus significados artísticos ou científicos e os *Catálogos*, somam à essas informações um trabalho mais profundo de investigação do bem (GONZÁLEZ-VARAS, 2008).

No caso dos seis primeiros jardins de Burle Marx estudados no Recife, o conhecimento do bem passou pela construção do *Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife* (SÁ CARNEIRO; SILVA, 2017), mas que, extrapolando conceitualmente o que se define como Inventário e Catálogo, o instrumento criado, apresenta características de um

Catálogo, posto ter sido construído com alto grau de aprofundamento do que seja cada jardim compreendido como um bem a ser protegido. Desenvolvido pelo Laboratório da Paisagem da UFPE, antecedeu a ação de tombamento, no nível Federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

Os seis primeiros jardins de Burle Marx inventariados no Recife, possuem, portanto, um instrumento técnico de conhecimento do bem, base para quaisquer ações da gestão de sua conservação, tanto para avaliar o grau de conservação, quanto para apontar possíveis danos e necessidade de repará-los pelos gestores responsáveis. O seu acesso é público, tendo sido disponibilizado como e-book pela UFPE em 2017.

## 2.2. Planejar as ações da conservação

O Planejamento da conservação patrimonial compreende, segundo Pontual (2012, p. 94), quatro fases que envolvem ações “simultâneas e integradas”, abarcando a (1) *análise e valoração*; (2) a *proposição*; (3) a *negociação*; e (4) o *monitoramento*.

A (1) *análise e valoração* correspondem ao levantamento de dados e informações acerca do bem relativas às dimensões materiais e imateriais, seja natural ou construído às quais possibilitem a avaliação histórica, a atual situação, os significados e o estado físico-funcional do bem. Isso vem permitir a compreensão dos valores próprios do sítio que caracterizam sua cultura. Tais informações merecem ser cotejadas com as demais fases do planejamento a fim de integrar todo o processo, além de serem adequadas e ajustadas às novas exigências. Corresponde, na verdade, à fase do “conhecimento” do bem para sua valoração, com a construção de

instrumentos, que no Recife se deu com o Inventário.

A partir do Inventário, os estudos do Laboratório da Paisagem da UFPE avançaram, da análise à valoração, predefinindo-se valores patrimoniais e possíveis indicadores da conservação desses jardins (SÁ CARNEIRO et al., 2012). Esses, valores deverão posteriormente ser validados e outros poderão ser acrescentados em consensos e acordos entre todos os envolvidos, pautando um plano de gestão da conservação.

A “valoração” predefinida pelos especialistas foi composta dos seguintes valores: histórico, arquitetônico, artístico, ecológico, social e espiritual (SÁ CARNEIRO et al., 2012). O *Valor Histórico*, que corresponde ao que se reconhece como testemunhos herdados e conservados ao longo do tempo, estão expressos no conjunto dos jardins onde estão mantidas as ideias do paisagista, reveladas no traçado, mobiliário e vegetação (algumas espécies, ainda originais, continuam vivas). O *Valor Arquitetônico* corresponde aos tipos construtivos que resguardam, em pedra e cal, parte do caráter do jardim como paisagem urbana na morfologia da cidade. Na Praça Euclides da Cunha, em especial, para além dos componentes de seu traçado e mobiliário, pontua uma Estação Elevatória de Esgotos construída em 1911 pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, refletindo o cuidado com que estes artefatos eram desenhados nesse período, ainda que componente do sistema de saneamento da cidade. A arte, expressa em características como volume, cor e forma, está fortemente presente em todo o conjunto dos jardins, o que induziu a definição especial do *Valor Artístico*, princípio básico do trabalho do também artista, Roberto Burle Marx. De traçados mais formais e

simétricos (Casa Forte) aos orgânicos sinuosos e assimétricos (Ministro Salgado Filho), as cores, textura e volumes revelam o que Alain Roger (2007) chamaria de um autêntico processo de “*artialização in situ*”<sup>1</sup>. Associados a escala, estão as relações com o entorno, os cheios e os vazios e o conjunto da composição. Os **Valores Ecológicos** constituem a base e essência do gesto de projetar de Burle Marx, que unia a arte à ecologia, compreendendo, pela observação e experimento, os arranjos que a natureza naturalmente oferecia. A exaltação à vegetação nativa brasileira perpassa pelo conjunto dos seis jardins, em especial na Praça Euclides da Cunha, quando traz os sertões para o centro do Recife e faz de seu projeto um manifesto social, ecológico, artístico e cultural. Os **Valores Sociais**, correspondem àquilo que representam para a população que desfruta dessas praças que se oferecem ao descanso, ao passeio, à contemplação, à travessia, ao encontro, às festividades. Algumas, como a Praça Faria Neves, é hall de entrada e ponto de encontro dos que visitam o Parque de Dois Irmãos, além de receber inúmeras atividades em dias festivos;

outras, como Casa Forte, além do descanso cotidiano, é lugar da famosa Festa da Vitória Régia e ponto de encontro, aos sábados, dos que procuram a feira de orgânicos. Ou a Praça da República, no centro da cidade, rodeada do palácio do Governo, da Justiça e Teatro de Santa Isabel, é, por excelência, o espaço cívico da cidade. Por fim, o **Valor Espiritual**, refere-se à sensação de completude do homem ao se sentir parte da natureza e que se realiza na transcendência que o jardim é capaz de lhe provocar.

A síntese destes valores foi construída por Sá Carneiro et al. (2012) em uma matriz com os seis **Valores** e respectivos **Indicadores** de conservação, passíveis de aferição, agora acrescida de um possível enquadramento associado às seis Praças Patrimônio, como mostra o Quadro 1. Essa montagem é uma primeira aproximação do cruzamento entre valores e indicadores, que surge do objeto empírico – as seis Praças estudadas – e poderá exigir, pela aferição, outros desdobramentos que realimentarão o sistema de avaliação e processo de gestão de cada praça.

<sup>1</sup> A transformação da natureza em paisagem mediada pela arte é definida por Roger como um processo de “*artialização*”. Quando este processo se dá pela pintura, chama de “*artialização in visu*”

e quando se dá pela manipulação da materialidade do terreno, chama de “*artialização in situ*” (ROGER, 2007).

**Quadro 1** – Possíveis Valores e Indicadores correspondentes, com enquadramento por cada uma das seis Praças patrimônio: (1) Casa Forte; (2) Euclides; (3) República e Campo da Princesas; (4) Derby; (5) Ministro Salgado Filho e (6) Faria Neves. Fonte: adaptado de SÁ CARNEIRO et al., 2012.

Valores	Indicadores	Praças BM					
		1	2	3	4	5	6
<b>Histórico</b>	✓ Permanência da tipologia construtiva do entorno da Praça na época de sua construção;	●	●	●	●	●	●
	✓ Presença da vegetação do projeto original;	●	●	●	●	●	●
	✓ Presença de edifícios históricos ou monumentos na praça e no entorno;	●	●	●	●	●	●
	✓ Efetividade da aplicação da norma de proteção;	●	●	●	●	●	●
	✓ Existência de sinalização com placas indicativas para se chegar aos jardins históricos;			●			
	✓ Inclusão no circuito turístico como parte da história do Recife.			●			
<b>Arquitetônico</b>	✓ Permanência do traçado do projeto original;	●	●	●	●	●	●
	✓ Grau de integridade dos elementos do jardim;	●		●			
	✓ Relação morfológica do jardim com o contexto urbano;	●	●	●	●		●
	✓ Rebatimento compositivo do desenho dos jardins com outros espaços livres públicos das proximidades.		●		●		●
<b>Artístico</b>	✓ Composição das cores, formas e texturas das plantas como efeito cênico;	●	●	●	●	●	●
	✓ Caráter de unidade entre traçado e tipos vegetais;	●	●	●	●	●	●
	✓ Relação de escala no contexto urbano;	●		●	●		●
	✓ Morfologia dos extratos vegetais (arbóreo, arbustivo e herbáceo) definindo espaços.	●	●	●	●	●	●
<b>Ecológico</b>	✓ Presença relevante de elementos do ecossistema caatinga;		●				
	✓ Grau de influência da praça sobre o microclima local;	●			●		●
	✓ Permanência dos aspectos fitossanitários dos espécimes;	●	●	●	●	●	●
	✓ Distribuição fitogeográfica das espécies componentes do jardim;	●					
	✓ Permanência das fenofases das espécies;	●	●	●	●	●	●
✓ Grau de qualidade dos espelhos d'água;	●		●	●	●		
<b>Social</b>	✓ Uso cotidiano da praça pela população do entorno;	●					●
	✓ Uso e atividades: comércio, serviço e eventos;	●			●		●
	✓ Uso da praça por moradores em situação de rua;				●	●	
	✓ Presença de organizações sociais participativas;	●					●
	✓ Nível de organização da população para as ações de preservação do patrimônio;	●					●
	✓ Conhecimento da autoria do projeto das praças;	●					●
<b>Espiritual</b>	✓ Uso da praça para efeito contemplativo;	●	●	●	●	●	●
	✓ Sentimento de pertencimento com o lugar.	●					●

A fase de (2) *proposição*, corresponde à formulação de ações de cunho arquitetônico urbanístico, institucional e financeiro sobre o bem a ser conservado e para isso devem ser levados em conta o levantamento de informações e os processos que estão em andamento nas outras fases. A (3) *negociação* diz respeito ao processo político de interação

entre os atores envolvidos com a conservação do bem a fim de mediar os conflitos, interesses e objetivos de cada um em relação ao bem. Visa estabelecer um processo de parceria entre todos os gestores possíveis (governos, entidades, empresas e demais instituições) a fim de viabilizar as intervenções propostas e efetivar o processo de planejamento,

sendo, portanto, contínuo e permanente, e também dependente da capacidade dos atores, do sucesso das negociações, bem como das outras fases do planejamento.

Por fim, o (4) *monitoramento* corresponde a ações de observância das condições de um bem ou sítio patrimonial, à mensuração das tendências, dos impactos e dos riscos nos aspectos de sua estrutura física, resultante de intervenções humanas ou eventos naturais (PONTUAL, 2012, p. 95-97). Estão relacionados a um conjunto de recursos técnicos, humanos e financeiros, que podem orientar medidas corretivas a serem adotadas em prol da proteção do bem.

Há, na verdade, uma imbricação das ações previstas no Planejamento, no ato de conhecer, controlar e difundir o bem. O planejamento a partir do conhecimento dos valores apontados pelos especialistas, incorporam uma série de ações como as apontadas por Pontual. O controle, em especial, está entre as quatro ações específicas da gestão, explorada a seguir.

### 2.3. *Controlar usos e ações para a conservação*

Entre as quatro ações para a conservação do patrimônio, o controle representa um dos maiores desafios porque depende do envolvimento de todos, tanto especialistas como comunidades do entorno e visitantes, para proteção do bem.

Entre especialistas espanhóis, em sua avançada *Ley de Patrimonio Histórico Español*, há uma preocupação com a definição do que seja exploração e espólio de um bem, definidos como “[...] toda acción u omisión que ponga en peligro de pérdida o destrucción todas o alguna de las partes que integran el Patrimonio Histórico” (LPHE, 1985 apud QUEROL, 2010, p. 113). Neste conceito, distingue dois tipos de espólio: o

cometido diretamente por alguém a um bem e o cometido por omissão, significando falta de cuidados por parte, principalmente, das instituições responsáveis por sua tutela. Esta omissão, em muitos casos, se deve a incompreensão das próprias administrações públicas sobre o que seja o bem protegido e todos os procedimentos que exigem sua conservação.

A ação de controle está intimamente associada ao necessário reconhecimento oficial do bem, ou seja, a criação de instrumentos legais apoiados e garantidos pelo Estado. Como afirma Donadieu, “[...] o bem comum paisagístico não existe sem uma autoridade que o reconheça [...], mas não são suficientes para o fazer perdurar” (2013, p. 59). É necessário, portanto, que seja oficialmente reconhecido, por leis ou decretos por exemplo, assim como é necessária a implantação de um Plano de Gestão da Conservação, o que exige parceria com a população envolvida, num processo de participação cidadã.

No caso dos jardins de Burle Marx no Recife, o Inventário precedeu a elaboração do instrumento legal de *controle*, no nível Federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Em 2008, o Laboratório da Paisagem da UFPE deu início ao processo de tombamento ao solicitar ao Iphan que um conjunto de seis jardins de Burle Marx no Recife fossem reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro, comprovando, no Inventário, o valor destes jardins. Em junho de 2015, a solicitação foi aprovada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em Brasília, em sua 79ª reunião e em 2017, entraram oficialmente em três dos seus Livros de Tombo: o Histórico, o de Belas Artes e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O termo legal de proteção do bem impõe que sejam elaborados os Planos de Gestão da Conservação e esses informarão como a conservação deverá ser feita, considerando-se os valores, os indicadores como instrumentos de monitoramento e controle, as ações de conservação e o rol dos atores envolvidos (públicos e da sociedade civil) e suas responsabilidades em relação ao bem.

#### 2.4. *Difundir para conhecer*

A difusão, como um dos pilares da gestão do patrimônio, tem como missão “[...] estabelecer el necesario vínculo entre éste y la sociedad” (MARTÍN, 2007 apud QUEROL, 2010, p. 144). Para isso, é condição necessária socializar o conhecimento sobre os valores de um bem, assim como socializar os instrumentos de reconhecimento legal e controle, e incorporar o processo de apropriação do conhecimento ao planejamento e desenvolvimento locais. A apropriação social desse conhecimento se reveste em processo de educação patrimonial, condição intrínseca à gestão da conservação.

É a difusão que possibilita a socialização e o conhecimento sobre um bem para que possa ser desfrutado e valorado por um maior número de pessoas (QUEROL, 2010). Neste processo, Querol (2010) aponta duas vias possíveis: a da educação formal e a da educação não formal, que chama de “ação da divulgação”. A via formal, corresponde aos tradicionais níveis de ensino, da infância à pós-

graduação (com cursos de especialização dirigida ao patrimônio) e a via informal ou de divulgação, possibilitada pelas ferramentas da comunicação como a televisão, o cinema, o teatro, a internet, os livros, jornais, revistas, visitas guiadas, reuniões em comunidades, etc. A via informal, ainda que aconteça com maior flexibilidade e independência, é, por isso mesmo, um caminho que exige cuidado, posto que a informalidade pode desvirtuar os conceitos e os objetivos da conservação, prejudicando o processo de gestão. No entanto, é a que mais se aproxima da população e que deve ser estimulada e possibilitada sua capacitação e instrumentalização. Tanto a comunidade científica quanto o público em geral e suas organizações são vias de difusão necessárias à conservação do patrimônio e devem estar inseridas em planos de gestão.

No Recife, as ações atreladas ao *conhecimento* e a implementação dos instrumentos de *controle*, impulsionaram em 2009, a criação do Comitê Burle Marx<sup>2</sup> e da Semana Burle Marx (Lei Municipal nº 17.571/2009), comemorada em agosto, mês de aniversário de nascimento do paisagista. A realização destas “semanas”, nas quais é estruturada uma intensa programação (palestras, cursos, visitas técnicas, passeios, eventos culturais, etc.), vêm consolidando, há dez anos, uma ação de *difusão* organizada pelo Comitê Burle Marx, que já se incorporou ao calendário de festividades da cidade (Figura 2).

<sup>2</sup> O Comitê Burle Marx funciona informalmente desde 2009, quando, em 2018, passou a ser legalmente instituído. Coordenado pelo gabinete do vice-prefeito do Recife e pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, é formado pelas secretarias de Mobilidade e

Controle Urbano, Planejamento e Turismo e outras instituições públicas como o Laboratório da Paisagem da UFPE, o Iphan, a Fundarpe, o IAB, o CAU/PE e a Emlurb, esta última também atrelada à Prefeitura do Recife



**Figura 2** – Cartazes de divulgação das Semanas Burle Marx. Cada ano é tratado um tema específico, como por exemplo: lançamento do livro Jardins de Burle Marx no Nordeste do Brasil (2013); importância da arte do jardineiro na conservação do jardim (2014); processo de tombamento dos jardins como patrimônio (2015) e a arte da culinária também valorizada entre as artes de Bule Marx (2016). Fonte: acervo do Laboratório da Paisagem da UFPE.

A *difusão* fecha o ciclo das ações da gestão iniciado pelo “conhecer”, que condiciona a proteção àquilo que se conhece e que carece de acesso à informação, papel desempenhado pela ação de difusão que incorpora a educação patrimonial como conceito.

### 3. Planos de Gestão para a conservação dos Jardins de Burle Marx no Recife

A gestão da conservação de jardins históricos exige, portanto, um conjunto de procedimentos que se desenvolvem do conhecimento à difusão, passando pelo planejamento e controle. Numa visão ampliada, entende-se que estes momentos, articulados, precedem a elaboração de uma quinta ação: a elaboração e implantação de um *Plano de Gestão da Conservação* que se apoia na *Educação Patrimonial* e no controle da conservação atrelado ao monitoramento por meio de *Indicadores de Conservação*. Depois de conhecer, planejar, construir instrumentos de controle e difundir, cabe a construção de um Plano de Gestão,

coordenado por um comitê gestor, mantendo-se a conexão e ação entre agentes governamentais, especialistas e população envolvida.

No segundo semestre de 2018, a Prefeitura do Recife iniciou um processo de construção do que entende como *Plano de Gestão da Conservação* para os jardins tombados no Recife<sup>3</sup>. Acionados pelo Comitê Burle Marx, foram realizados cinco Seminários Temáticos e uma Oficina Participativa, com o objetivo de socializar informações entre técnicos e acadêmicos, reunir um acervo de dados secundários e pactuar conceitos que possam fundamentar esta construção. Os Seminários trataram dos temas: (1) papel dos órgãos públicos na manutenção dos jardins históricos, (2) usos pela população; (3) participação social na gestão e (4) educação patrimonial. A Oficina Participativa realizada em dois dias, fechou esta etapa de exposição e reconhecimento dos seis jardins, identificando-se as pressões e ameaças à manutenção do patrimônio, as

<sup>3</sup> O *Plano de Gestão dos Jardins Históricos de Burle Marx no Recife*, está sendo elaborado pela Prefeitura do Recife e conduzido pelos consultores Alexandre Merrem, Giannina Cysneiros e Hélio Polito. Ao final da Oficina

Participativa em outubro de 2018, foi elaborado um relatório preliminar para críticas e sugestões e disponibilizado para os participantes, entre eles, o Laboratório da Paisagem da UFPE. O documento continua em processo de construção.

potencialidades, as necessidades para a gestão participativa e possíveis pactos de responsabilidades que deverão assumir todos os envolvidos. Na ocasião, houve pouca representatividade de moradores, concentrando os participantes entre técnicos da Prefeitura do Recife, do Governo do Estado, do IPHAN e pesquisadores do Laboratório da Paisagem da UFPE.

É provável que o caráter ainda genérico desta etapa tenha deixado para mais adiante a incorporação dos representantes da sociedade civil para o que a equipe da prefeitura está denominando de *Planos de Manejo* para cada jardim. Neste caso, são propostos dois instrumentos com procedimentos distintos: elaboração geral do *Plano de Gestão* – definição de atores técnicos, reconhecimento e socialização das informações técnicas, definição de estratégias de educação patrimonial – e construção específica dos *Planos de Manejo* para cada jardim, que deverá exigir um detalhado procedimento do

pacto a ser estabelecido entre todos os atores diretamente envolvidos e sem os quais não se efetiva a gestão compartilhada. Afinal, os valores definidos previamente pelos especialistas (como no Quadro 1), só ganham status de “valor patrimonial” se validados intersubjetivamente pela população. Ao conjunto de valores se deve associar o rol de atores e as relações que estabelecem entre si e com o bem, para que as ações e compromissos firmados sejam dirigidos e ajustados para cada um dos envolvidos. Como exemplifica a Figura 3 a seguir, num exercício acadêmico que envolveu a participação social, foi elaborado pelo Laboratório da Paisagem um diagrama que define hierarquicamente o rol de atores envolvidos para uma possível gestão da Praça Faria Neves: quanto mais próximos fisicamente da Praça, representada pelo núcleo central, maior e mais direto o grau de envolvimento. Tangenciando a Praça, estão os atores do convívio cotidiano.



**Figura 3** – Diagrama de distribuição do rol de atores na primeira e na segunda linhas de envolvimento necessários à gestão da conservação da Praça Faria Neves: quanto mais próximos do núcleo, maior o envolvimento cotidiano. Fonte: Laboratório da Paisagem da UFPE, 2018.

A elaboração de mapas, diagramas e esquemas de interpretação, por exemplo, que sintetizem a compreensão específica de cada praça, será condição necessária para o que se propõe. O processo é longo e complexo e para cada jardim deverão ser identificadas as variáveis específicas que caracterizem cada bem patrimonial. Neste processo, urge que *Indicadores de Conservação* sejam construídos para avaliação e monitoramento do grau de comprometimento do bem e definição das medidas de mitigação, recuperação e conservação. Se o *Plano de Gestão* foi iniciado, a elaboração e implantação dos *Planos de Manejo* se desdobram como o maior dos desafios para a salvaguarda efetiva dos jardins de Burle Marx como patrimônio brasileiro.

## Referências

- DONADIEU, P. A construção de paisagens urbanas poderá criar bens comum? In: CARDOSO, I. L. **Paisagem e patrimônio**. Aproximações pluridisciplinares. Évora: Dafne Editora, 2013. p. 57-81.
- GONZÁLEZ-VARAS, I. **Conservación de bienes culturales**: teoría, historia, principios y normas. Madrid: Manuales Arte Cátedra, 2008.
- PONTUAL, V. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. (Orgs.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, CECI, 2012. p. 93-115.
- QUEROL, M. A. **Manual de gestión del patrimonio cultural**. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 2010.
- ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.
- SÁ CARNEIRO, A. R.; SILVA, J. M. da. **Inventário dos jardins de Burle Marx no Recife**. 1. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2017.
- SÁ CARNEIRO, A. R.; SILVA, A. F.; SILVA, J. M. da (Orgs.). **Jardins de Burle Marx no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2013.
- SÁ CARNEIRO, A. R.; SILVA, J. M.; VERAS, L. M. S. C.; SILVA, A. F. The complexity of historic garden life conservation. In: ZANCHETI, S.; SIMILÁ, K. (Orgs.). **Measuring Heritage Conservation Performance**. 1ed.ROMA/RECIFE: Iccrom/Ceci, 2012, v. 0, p. 33-41.
- SERRÃO, A. V. **Filosofia da paisagem**. Estudos. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- VIÑAS, S. M. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madrid: Editorial Síntesis S. A., 2003.

Recebido em 2019-01-02  
Publicado em 2019-02-06